

Sessão preparatoria
Presidência de Sr. Sasconellos.

Aos vinte e nove dias do. Mes de Novembro de mil oitocentos e vinte e oito na Sala destinada para as Sessões do Conselho Geral da Província, achando-se reunidos os Senhores Conselheiros Raimundo Luiz Albuquerque

Claus Rodarte

Os liberais de Minas e o “regresso”

Depois de alijar do trono o primeiro imperador, o partido liberal entrou em processo de franca autofagia, seguindo-se, num contexto de recomposição das alianças políticas, a emergência do chamado “sistema do regresso”, que, em Minas, teve raízes na primeira legislatura da Assembleia Provincial (1835-1837).

> A primeira sessão preparatória da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais ocorreu no dia 30 de janeiro de 1835, numa sala do Palácio do Governo, em Ouro Preto. No dia seguinte, às 11h, foi celebrada, na Igreja do Carmo, a Missa do Espírito Santo e, depois dela, ainda na igreja e diante do altar, os deputados provinciais prestaram o juramento perante o bispo de Mariana, dom frei José da Santíssima Trindade – que, para esse fim, havia sido convidado pelo presidente da província, Antonio Paulino Limpo de Abreu. O juramento prestado pelos deputados provinciais consistia num compromisso solene e sagrado de promover fielmente o bem geral da província, dentro dos limites marcados pela Constituição reformada. Uma salva de 101 tiros de artilharia anunciou à cidade o momento em que o juramento foi prestado. Guardas de honra haviam sido postadas nas portas do Paço e da Igreja do Carmo: os deputados provinciais, de regresso ao Palácio do Governo para a segunda sessão preparatória, foram saudados com continências. À noite, espalharam-se luminárias pela capital provincial – cujas ruas foram percorridas por bandas de música. No primeiro dia de fevereiro, foi instalada a Assembleia Provincial, com assistência do presidente da província. A legislatura para a qual foram eleitos os deputados provinciais teria – excepcionalmente – três sessões legislativas: a primeira seria realizada naquele ano de 1835, a segunda, no ano seguinte, e a última, em 1837.¹

Tão logo tomaram posse de seus mandatos, os deputados trataram de eleger os membros da mesa diretora da casa (constituída por um presidente e seu vice, dois secretários e dois suplentes). Ao longo das duas primeiras semanas de fevereiro, foram eleitos os membros das comissões permanentes. A comissão responsável pela Redação das Leis era confiada a um único membro; as demais, compostas por três membros cada uma, eram nove: Poderes e Infração da Constituição e das Leis; Propostas e Representações das Câmaras; Estatística, Catequese e Civilização dos Indígenas; Fazenda Municipal; Fazenda

Provincial; Negócios Eclesiásticos; Instrução Pública; Estradas (ou Trabalhos Públicos); e Força Pública. O Regimento Interno, elaborado com base num projeto apresentado pelo deputado José Pedro Dias de Carvalho no dia 4 de fevereiro, foi examinado por uma comissão especial e submetido à plenária da Assembleia Provincial – que, após discuti-lo por seis dias, aprovou sua redação no dia 9 de março.²

Quando da eleição dos membros das comissões permanentes, estavam presentes apenas 26 dos 36 deputados provinciais mineiros. Ao longo dessa primeira sessão legislativa, outros oito cidadãos viriam a prestar juramento e tomar assento como deputados. Dos 26 deputados provinciais presentes ao tempo da eleição das comissões permanentes, apenas 16 foram escolhidos para compô-las (sendo que, desse número, metade foi eleita para uma única comissão). A grande maioria dos integrantes das comissões permanentes elegeu-se por maioria simples dos votos: apenas cinco obtiveram maioria absoluta. Dessa minoria, respeitada e influente, duas figuras se destacam: o veterano Bernardo Pereira de Vasconcelos e o estreante Teófilo Benedito Otoni. Outra figura de prestígio naquela casa legislativa, que a ela compareceu para prestar juramento e tomar assento como deputado após haverem sido eleitos os membros da mesa diretora e das comissões permanentes, foi o ex-presidente da província Manoel Inácio de Melo e Souza (eleito presidente da Assembleia na sessão legislativa seguinte). Esses três homens, que se destacaram por seu prestígio e sua influência, representam três orientações políticas distintas, existentes nessa primeira legislatura, que marcariam profundamente a história política de Minas Gerais.³

Vasconcelos e sua roda

Quando, em fins de fevereiro de 1835, a Assembleia Provincial de Minas, com quase um mês de

funcionamento, precisou eleger os vice-presidentes da província, houve grande consenso quanto aos dois primeiros nomes para o cargo. O primeiro deles, escolhido por unanimidade dos votos, foi o do desembargador Antonio Paulino Limpo de Abreu, presidente da província que havia preferido pedir demissão do cargo a conceder aos sediciosos de Ouro Preto⁴ a anistia oferecida pelo ministério. Como ainda aguardava a decisão sobre seu pedido de demissão, a província continuava sendo por ele presidida ao tempo de sua eleição pelos deputados provinciais. O segundo nome foi o do desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado à Assembleia Geral do Império e à Assembleia Provincial de Minas, escolhido em primeiro escrutínio por 29 dos 32 deputados provinciais então presentes. Deixaram de votar em Vasconcelos, além dele próprio, apenas dois deputados (não identificados por não terem sido nominais essas votações). O prestígio de que Vasconcelos gozava no começo da legislatura sofreria duros golpes ao longo da primeira sessão legislativa da Assembleia Provincial: quando do encerramento dessa sessão, a oposição a Vasconcelos passaria de dois para 14 deputados. Na sessão seguinte, ela seria ainda maior e mais hostil.⁵

Ao tempo da instalação do parlamento mineiro, Vasconcelos tinha 39 anos de idade e estava no terceiro mandato de deputado à Assembleia Geral do Império. Já havia servido como ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e era uma celebridade no Brasil inteiro. Na província de Minas Gerais, tomara assento no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Província desde a criação até a extinção desses órgãos. Formado em Leis por Coimbra, ingressara na magistratura após voltar ao Brasil. Serviu em São Paulo, como juiz de fora da vila de Guaratinguetá, e, sendo nomeado desembargador da Relação do Maranhão (na qual não chegou a tomar posse), aposentou-se por motivos de saúde. Celibatário, Vasconcelos lutava contra uma doença que lhe tolhia os movimentos dos

membros inferiores, o que não o impedia de entregar-se, de corpo e alma, à política e aos estudos. Antes de tomar assento como deputado por Minas à Assembleia Geral, Vasconcelos envolvera-se numa polêmica com o conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (depois marquês de Baependi, conselheiro de Estado e senador do Império). Essa polêmica acabou incompatibilizando Vasconcelos com a aristocracia, o Conselho de Estado e a câmara vitalícia da Assembleia Geral – contra os quais lutou durante o Primeiro Reinado e parte do período regencial.

Quando, na câmara temporária, os deputados se dividiram entre ministeriais e oposicionistas, estabelecendo entre si coalizões parlamentares e eleitorais, Vasconcelos ladeou com os da costa esquerda, os oposicionistas, críticos da Constituição do Império. A plataforma política da maioria dos deputados da costa esquerda, conforme se pode depreender daquilo que diziam na tribuna e pela imprensa, consistia no calote da dívida externa, na redução do orçamento militar (bem como dos efetivos da tropa) e na rejeição de aumento da carga tributária. Pretendiam submeter ao controle da Assembleia Geral o imperador, os ministros de Estado e o clero. Desejavam também reduzir a esfera de poder da magistratura e do oficialato militar, tirando-lhes o caráter permanente, profissionalizado. E a indicação da magistratura e do oficialato militar, em vez de ser feita pelo monarca, haveria de ser feita pelos cidadãos reunidos em assembleia. A ideia era revestir a monarquia de instituições democráticas, pois os homens da costa esquerda consideravam a aristocracia indesejável e a monarquia apenas tolerável, na medida em que ela poderia abrir caminho para a forma de governo democrática, ideal a ser alcançado de maneira absoluta num futuro incerto (a democracia aqui entendida como o governo confiado à assembleia dos cidadãos). Nisso, os deputados da costa esquerda enfrentavam a resistência do imperador, dos membros do Conselho de Estado, da imensa maioria dos

membros do Senado e dos deputados da costa direita. Para esses, a democracia, em sua forma absoluta, estaria fadada a se degenerar numa tirania das turbas, favorável apenas aos demagogos. Daí a necessidade de um monarca e de uma aristocracia: num governo com a mistura desses elementos, acreditava-se ser possível evitar os abusos a que, por fragilidade humana, estariam propensos o monarca, os aristocratas e os cidadãos reunidos em assembleia.⁶

A despeito da resistência que lhes foi oferecida, os deputados da costa esquerda triunfaram sobre seus adversários: dom Pedro I abdicou para não ser deposto (ou morto), os membros do Conselho de Estado e do Senado se viram acuados por uma multidão que lhes era francamente hostil e que, por vezes, recorria à violência. Todavia, a divisão se instalou nas hostes liberais no dia mesmo de seu triunfo: uns entendiam que era chegada a hora de proclamar a democracia absoluta (república), enquanto outros entendiam que a monarquia ainda se fazia necessária como etapa de transição. Daí a divisão entre exaltados (os que desejavam a imediata abolição da monarquia e da aristocracia) e moderados (os que admitiam a extinção da aristocracia, mas julgavam prudente a manutenção de uma monarquia enfraquecida). Num ambiente de grande agitação política, eclodiram levantes armados na capital do Império e nas províncias – motivados tanto pelos que rejeitavam quaisquer mudanças sociais ou políticas no país quanto pelos que as desejavam mais profundas. O governo regencial – instalado após a abdicação e sustentado por uma maioria reformista na Câmara dos Deputados – conseguiu domesticar alguns exaltados e cooptar alguns antirreformistas, formando uma coalizão que se apresentava ao público como “partido moderado”.⁷

No trimestre seguinte à abdicação de dom Pedro I, Vasconcelos foi alçado à cúpula do governo imperial: coube-lhe a direção do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Foram seus colegas de

ministério o deputado baiano Lino Coutinho (Império) e o deputado paulista Diogo Feijó (Justiça). Esses três, ao lado do ministro da Guerra (Manoel da Fonseca Lima e Silva) e de um dos regentes do Império (José da Costa Carvalho), haviam sido eleitos, no ano anterior, para o Grande Conselho da Sociedade dos Carpinteiros de São José (sociedade secreta em cujo seio se tramou a deposição ou morte de dom Pedro I). Durou esse ministério um ano e 18 dias no poder, sendo causa de sua queda o frustrado golpe de Estado que tramaram, conhecido como “o 30 de Julho” (data em que tentaram dotar a Câmara dos Deputados de poderes ditatoriais, de forma que fosse possível dar ao Império uma nova constituição política, votada a toque de caixa, sem a participação dos membros do Senado). Esse golpe de Estado, ao qual foi alheio Vasconcelos, havia sido concertado entre as lideranças do partido reformista na Câmara dos Deputados. Nele tomaram parte colegas de bancada de Vasconcelos, os padres José Custodio Dias e José Bento Leite Ferreira de Melo – seus maiores aliados até então. Desejavam os dois padres mineiros, ao lado de outros parlamentares de tendências reformistas, extirpar do Império a aristocracia e domesticar a monarquia, fortalecendo o elemento democrático dentro do Estado. Por falta de apoio entre os próprios aliados, os articuladores do golpe parlamentar se submeteram, a contragosto, à via legal.⁸

Em 1833, ano destinado às eleições da legislatura que, pela via legal, reformaria a Constituição do Império, Vasconcelos expunha, pela imprensa, quais ele considerava os “flagelos da Nação”: o Conselho de Estado, “de quem [o Brasil] recebeu os Decretos que fizeram verter o sangue dos Baianos, Pernambucanos, e Cearenses, e que destinavam aos caprichos dos agentes do poder, a quem eram confiados os governos das províncias, as vidas desses infelizes cidadãos”; o Senado, “sempre disposto a fazer retrogradar nossa civilização”; o Poder Judiciário, “pela maior parte corrompido, devasso, e imoral”; a Aristocracia,

“aviltante”; e o Exército, “numeroso [...] para um país independente e oneroso a um estado nascente, em que os amigos da pátria não tinham acesso ou eram desfeiteados e degradados”. Na mesma ocasião, tomou a defesa dos exaltados, não poupou críticas aos moderados e declarou guerra aos Caramurus e às influências do Primeiro Reinado.⁹

Pouco antes das eleições para a dita legislatura, eclodiu um levante militar em Ouro Preto que pretendia obter o apoio de toda a província e que tinha como objetivo depor o presidente Manoel Inácio de Melo e Souza, bem como prender e deportar os conselheiros de governo Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bento Leite Ferreira de Melo, chefes do partido reformista em Minas. Da sedição, que serviu de escoadouro para insatisfações de origens diversas, tentaram se apoderar antigos aliados de Vasconcelos e José Bento, notadamente Manoel Soares do Couto, comandante dos Guardas Nacionais de Ouro Preto e figura muito próxima ao deputado e ministro de Estado da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão (de quem Manoel Soares era primo, irmão de criação e cunhado). Manoel Soares e Honório Carneiro sentiram-se fortes o bastante para debelarem a influência de Vasconcelos e José Bento em Minas, vendo nisso uma oportunidade para que eles próprios assumissem a direção dos negócios políticos da província. Enganaram-se nos cálculos: o movimento não conseguiu o apoio que desejava, foi tratado na tribuna e na imprensa como um movimento restaurador, seus aderentes foram presos e Honório viu-se tão desacreditado que precisou demitir-se do ministério.¹⁰

Manoel Inácio, Vasconcelos e José Bento, havendo triunfado sobre a sedição de 1833, foram lembrados pela imensa maioria do eleitorado mineiro nas eleições para o Senado no ano seguinte. Essa eleição se deu no começo de 1834. Data daí a cisão no grupo que, até então, dominava a política em Minas. Nalguns colégios da província, triunfou a chapa que combinava

os nomes de José Bento, Manoel Inácio e Vasconcelos; noutros, um desses nomes era substituído quer pelo do padre José Custodio Dias, quer pelo do desembargador Antonio Paulino Limpo de Abreu. Ao final, Vasconcelos, apesar de não possuir a idade legal de 40 anos (tinha então 38), obteve votação expressiva na província, ficando em terceiro lugar na lista tríplice a partir da qual o governo deveria escolher um nome para tomar assento no Senado. O primeiro lugar coube ao cônego José Bento, seu amigo e aliado até então.

As versões sobre o que aconteceu são divergentes: os adversários de Vasconcelos acusam-no de querer baralhar a eleição para o Senado, de forma a torná-la nula, para que outra fosse realizada, beneficiando-se dessa passagem de tempo, com a qual atingiria a idade legal para ser nomeado senador. Vasconcelos e seus aliados argumentaram que a nomeação de José Bento se deu a partir de uma lista nula: apenas dois dos três indicados estavam em condições de serem escolhidos – o que comprometeria, de acordo com esse entendimento, a legalidade do ato. Considerada legal pelo governo regencial a lista tríplice do eleitorado mineiro, Vasconcelos teria defendido a nomeação de Manoel Inácio – o segundo colocado –, em vez da que acabou sendo feita. Com isso, ou talvez até mesmo antes disso, Vasconcelos passou a ter contra si o cônego José Bento, chefe político do sul de Minas. Nos colégios sob a influência desse, o nome de Vasconcelos havia recebido votação inexpressiva nessa eleição de 1834: ou porque o cônego e seus partidários já sabiam da inelegibilidade de Vasconcelos, em razão da idade, ou porque as diferenças políticas entre ambos já haviam sido causa de uma íntima ruptura.¹¹

Ainda no ano de 1834, após a realização das reformas, Vasconcelos passou a oferecer resistência ao ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, outrora seu colega de bancada. Enfrentaram-se na tribuna e pela imprensa. Aureliano tentou cooptar os adversários

de Vasconcelos por meio de uma anistia oferecida aos sediciosos de Minas. Ao lado de Vasconcelos ficou a imprensa mineira, mas ele encontrou a resistência de Evaristo da Veiga e seu *Aurora Fluminense*. Nesse processo de enfrentamento, ao que parece, Aureliano acabou se aproximando de José Bento, pois nas eleições foi dito que, entre as listas de candidatos que se espalharam pela província, houve pressão do governo para que em determinados lugares alguns nomes fossem supressos. Nos colégios sob a influência do cônego José Bento, nem Vasconcelos nem seus aliados mais próximos obtiveram votos. Mesmo assim, ele conseguiu eleger-se com votação expressiva – e aliados seus foram igualmente eleitos.

Entre os aliados de Vasconcelos que tomaram assento na primeira legislatura da Assembleia Provincial (vide Quadro 1), constavam quatro párocos de diferentes localidades de Minas: João Antunes Corrêa, vigário da freguesia de São Bento do Tamanduá; Carlos Pereira Freire de Moura, vigário da freguesia de São Domingos do Araçuai; Antonio José da Silva, vigário da freguesia de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba; e Manoel Pinto Ferreira, vigário da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro. Três deles – os párocos de Tamanduá, São Domingos, e Itabira –, ao tempo da instalação dessa casa parlamentar, eram então homens cinquentenários e exerciam o mandato de vereador nas municipalidades em que se situavam suas respectivas paróquias. Desse grupo de párocos, dois merecem destaque, pela projeção que tiveram na política mineira e por sua estreita ligação com Vasconcelos: os vigários João Antunes Corrêa e Carlos Pereira Freire de Moura. Ambos foram importantes peças na configuração do movimento político de 1836 que ficou conhecido pelo nome de “sistema do regresso”.¹²

Outro importante grupo que durante a primeira legislatura cerrou fileira com Vasconcelos era composto por grandes proprietários rurais. Na primeira sessão

legislativa – a de 1835 – foi o caso dos deputados Marianno José Ferreira, de Barbacena, e Francisco Theodoro da Silva, de Baependi, aos quais, na segunda sessão – a de 1836 –, juntaram-se ainda os deputados Joaquim Pimentel Barbosa, de Paracatu, e Francisco Coelho Duarte Badaró, de Piranga. Esses quatro colaboraram ativamente com Vasconcelos na instauração do “sistema do regresso” na província.

Ladeou também com Vasconcelos, nas ocasiões em que esteve presente na Assembleia Provincial, integrando seu círculo de amigos e aderentes, o inspetor da Tesouraria Provincial da capital mineira, padre Manoel Rodrigues Jardim. Homem cinquentenário, nascido na vizinha província de Goiás – que então representava na Assembleia Geral do Império –, o padre Jardim residia em Ouro Preto havia muitos anos. Adepto do ideário político liberal, servia como importante elo entre as províncias de Minas e Goiás. No desempenho de suas funções, teve a saúde bastante comprometida por uma “moléstia de peito” – o que o levou a faltar a várias sessões nos meses de fevereiro e março. Acabaria falecendo aos 18 de abril de 1835, poucos dias depois do encerramento da primeira sessão legislativa, no município de Queluz (vizinho à capital mineira).

Manoel Inácio, o círculo de Mariana e seus aderentes

Vasconcelos, na primeira sessão legislativa da Assembleia Provincial, contou ainda com o apoio do grupo encabeçado pelo desembargador Manoel Inácio de Melo e Souza. Compunham esse grupo o coronel José Justiniano Carneiro, o cônego Manoel Julio de Miranda, o padre mestre Antonio José Ribeiro Bhering e o capitão José Pedro Dias de Carvalho – todos ligados ao município de Mariana.

Manoel Inácio, que parece ter sido o líder desse grupo, era então um homem cinquentenário, solteirão, senhor

de uma das maiores fortunas existentes no município de Mariana: em 1831, além de terras e engenhos, possuía 142 escravos trabalhando para si. Natural de Arcos de Valdevez, um dos municípios que no Reino de Portugal compunha a antiga província de Entre-Douro e Minho, Manoel Inácio migrara para as Minas Gerais após haver se formado em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1806. Antecedera-o seu tio materno, o também desembargador Inácio José de Souza Rebelo, seu grande benfeitor, estabelecido em Mariana antes mesmo do nascimento do sobrinho. Graças ao prestígio desse tio, que se casou numa das principais famílias de Mariana, tornando-se senhor de considerável fortuna, Manoel Inácio conseguiu ser nomeado para diversos cargos de importância: juiz de fora da então Vila Boa – depois cidade – de Goiás, capital homônima da província vizinha; ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes, talvez a mais rica de então na província de Minas Gerais; e desembargador da Casa da Suplicação – posto no qual acabou se aposentando. O desembargador Rebelo, figura de prestígio não só em Mariana, mas também na capital mineira, faleceu na cidade episcopal, nonagenário, pouco depois da esposa – ambos em 1830, sem filhos –, legando grande patrimônio ao sobrinho.¹³

Antes mesmo de se tornar notável pelas riquezas que herdou do tio, Manoel Inácio já havia se destacado, quando magistrado, por sua delicadeza no trato com os outros, sendo figura bastante acessível às camadas menos favorecidas da população. Adepto do ideário liberal, chegou a confidenciar a um interlocutor que considerava o povo bom e fácil de governar, aprazendo-o mais do que tudo ser amado por seus governados. Quando da Revolução Liberal, que eclodiu no Porto e se alastrou por todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o desembargador Manoel Inácio foi um dos que, na capital mineira, se mostraram inclinados à nova forma de governo. Foi por isso hostilizado pelos adeptos do Antigo Regime, mas acabou saindo vitorioso, ao lado de

outros liberais, sendo eleito para a primeira Junta de Governo de Minas. No decorrer de sua atuação como vogal da Junta de Governo, ocorreu o enfrentamento entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Por oscilar entre um e outro lado da disputa, com a possibilidade de não se submeter a nenhum dos dois centros de poder, o partido seguido por Manoel Inácio – de que também fazia parte o cônego José Bento Leite Ferreira de Melo – foi infamado de republicano. Por esse motivo, ele e os demais integrantes da Junta de Governo foram depostos e experimentaram um curto período de ostracismo.¹⁴

Após o juramento da Constituição do Império e subsequente convocação de eleições para as instituições então criadas, Manoel Inácio e seus antigos aliados articularam uma coalizão eleitoral que logrou certo êxito em Minas Gerais. Seu nome esteve entre os mais votados para o Senado, para a Câmara dos Deputados, para o Conselho Geral de Província e para o Conselho de Governo. Tomou assento apenas nos três últimos órgãos – para tomar assento no Senado, teria de ser um dos escolhidos pelo imperador e seu Conselho de Estado, que o preteriram. Se não se destacou na Câmara dos Deputados (absenteísta na maior parte de seu mandato), Manoel Inácio ganhou notoriedade por sua atuação no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Província, sobretudo pelo antagonismo que se criou entre ele e o bispo de Mariana. Houve quem atribuisse a Manoel Inácio a alavancagem da candidatura de Vasconcelos – até então pouco conhecido na província – aos cargos eletivos disputados em 1824.¹⁵

Em 1828 e 1833, Manoel Inácio foi reeleito para o Conselho de Governo e para o Conselho Geral de Província, mas, em ambos os pleitos, não voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados – o que, ao que parece, não era uma de suas ambições. A impressão que se tem é de que, em detrimento da Corte, Manoel Inácio preferia dividir seu tempo entre a capital

mineira – onde opinava acerca dos destinos políticos da província –, a cidade de Mariana – onde podia fazer o mesmo acerca dos destinos políticos do município – e os arraiais de Furquim e Ponte Nova – onde ficavam suas propriedades rurais e a maior parte de sua escravaria.

Cumpra aqui destacar que, já durante o Primeiro Reinado, vigorou certa divisão do trabalho entre os liberais mineiros: enquanto alguns se encarregavam de defender os interesses do partido na Corte (Vasconcelos, José Bento e José Custódio), outros tratavam de defendê-los na província, cuidando de sua administração. Manoel Inácio integrou esse grupo, minoria da qual também fizeram parte o chantre Francisco Pereira de Santa Apolonia e o doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel. Tal como Manoel Inácio, esses dois eram celibatários e bacharéis por Coimbra, havendo se radicado no município de Mariana, no qual residiram por muitos anos. Também haviam sido vogais de uma das Juntas de Governo ao tempo da Revolução Liberal – iniciada no Porto, mas que logo se alastrou por todo o Reino – o doutor Teotônio Maciel, da primeira, e o chantre Santa Apolonia, da segunda. Tiveram igualmente seus nomes sufragados para o Conselho Geral de Província e para o Conselho de Governo em 1824 e 1828 e apoiaram politicamente Vasconcelos durante o Primeiro Reinado. Muito próximos eram os três. Tanto que Santa Apolonia veio a se tornar compadre de Manoel Inácio: foi padrinho de batismo de uma de suas duas filhas. Essa, nascida em 1827, era fruto de uma aventura amorosa do magistrado com uma viúva residente em Mariana.

Quando da crise política que resultou na abdicação de dom Pedro I, coube ao cinquentenário Manoel Inácio assumir o governo da província mineira, sendo assessorado pelo octogenário Santa Apolonia e pelo já quase septuagenário Teotônio Maciel. Mas esse trio, que vinha cuidando da administração provincial mineira havia quase uma década, dissolveu-se no

primeiro triênio do governo regencial. Santa Apollonia faleceu em meados de 1831, aos 88 anos de idade, e Theotônio Maciel, em fins de 1833, aos 71 anos. Entrementes, uma sedição militar em Ouro Preto tentou depor Manoel Inácio, acusado de ser, no governo da província, mero títere de Vasconcelos e José Bento – seus conselheiros de governo –, que acabaram presos e deportados pelos sediciosos. Vasconcelos ressentiu-se do que lhe pareceu excessiva tibieza de Manoel Inácio, mas conseguiu convencê-lo a reagir a esse levante armado – que acabou derrotado militarmente. No ano seguinte, quando das eleições para a vaga aberta na câmara vitalícia pela morte do senador Jacinto Furtado de Mendonça, foram os três – Manoel Inácio, Vasconcelos, e José Bento – lembrados e votados pela grande maioria do eleitorado mineiro. Acabou sendo escolhido senador o mais votado: o cônego José Bento. Essa eleição, no entanto, acabou contribuindo para o esfacelamento da cúpula do partido liberal mineiro, como apontado anteriormente.

Entre a morte de Santa Apolonia e a de Teotônio Maciel, observa-se certa reconfiguração política na província – quadro em que se insere a sedição de Ouro Preto. Entre os nomes que então emergiram, a fim de ocupar o vácuo deixado pelo chantre Santa Apolonia e pelo doutor Teotônio Maciel na cúpula do partido liberal mineiro, figura o do arcepreste João Batista de Figueiredo, que teve seu nome lembrado pelo eleitorado liberal em 1828 e 1833, tanto para o Conselho Geral de Província quanto para o Conselho de Governo. Também era ele um celibatário radicado em Mariana: não estudara em Coimbra, mas, sim, no seminário local. Partidário de Vasconcelos e de Manoel Inácio, o arcepreste Figueiredo acabou se tornando uma figura muito respeitada, não só em Mariana – onde se consolidou como uma das lideranças locais –, mas em toda a Província de Minas. Sucederam a Santa Apolonia e a Manoel Inácio na presidência do Conselho Geral de Província, ainda no Primeiro Reinado. Com a criação

da Assembleia Provincial pelo Ato Adicional de 1834, o desembargador Manoel Inácio e o arcepreste Figueiredo saíram candidatos com o apoio dos chefes liberais mineiros. Contudo, esse último – que chegou a presidir Minas em 1834 – não tomou assento como deputado provincial: na primeira sessão legislativa, escusou-se de comparecer por motivos de saúde, havendo falecido no começo de 1836, aos 65 anos de idade, antes, portanto, da segunda sessão legislativa.

Manoel Inácio, por sua vez, que só tomou posse como deputado após a eleição da mesa diretora e das comissões permanentes do parlamento provincial, esteve ao lado de Vasconcelos durante toda a primeira sessão legislativa, mostrando-se mais tímido ou hesitante nesse apoio na segunda – durante a qual ocupou a presidência da Casa. Mesmo assim, Vasconcelos e Manoel Inácio foram companheiros de chapa nas eleições para o Senado em 1835 e 1836, quando a cisão no partido liberal se tornou notória. Manoel Inácio acabaria sendo cooptado pelos reformistas adversários de Vasconcelos, por influência do cônego José Bento, após a posse de Feijó como regente do Império, próximo às eleições para a quarta legislatura da Assembleia Geral. Vasconcelos, que havia sido o nome mais votado pelo eleitorado mineiro para o Senado em 1836, viu-se preterido por seu colega de chapa, como relatado em trecho anterior deste artigo. Perdia, assim, de uma só vez, um importante aliado na província e a chance de tomar assento na câmara vitalícia. Os partidários de Vasconcelos jamais perdoariam o desembargador Manoel Inácio por fazer causa comum com “os moleques da Camarilha”.¹⁶

Acompanharam Manoel Inácio, tanto na colaboração prestada a Vasconcelos quanto no posterior afastamento, o coronel José Justiniano Carneiro, o cônego Manoel Julio de Miranda e o padre Antonio José Ribeiro Bhering – todos os três, nesse tempo, vereadores da Câmara Municipal de Mariana. O cônego Miranda e

o padre Bhering eram jovens clérigos que se haviam entusiasmado com o ideário liberal. Por intermédio do primeiro, pretendiam os liberais mineiros reformar o Cabido da Sé de Mariana, e, do último, a administração provincial – de que, então, se encarregavam o desembargador Manoel Inácio e o arcepreste Figueiredo. Completava o trio o coronel José Justiniano, homem cinquentenário, pai de família, casado pela segunda vez, rico senhor de engenho e escravos, estabelecido na freguesia de Guarapiranga, então uma das mais importantes do município de Mariana, de cuja Segunda Legião de Guardas Nacionais era chefe. Homem de confiança dos chefes liberais mineiros, José Justiniano foi um dos que tomaram armas contra os sediciosos de 1833, dando provas de sua fidelidade a Manoel Inácio, Vasconcelos e José Bento.

Por último, mas não menos importante, figurava ainda no grupo marianense o jovem José Pedro Dias de Carvalho. Natural de Mariana, onde nascera em meados de 1805, tinha, portanto, 29 anos ao tempo em que se instalou a Assembleia Provincial. Criado como enjeitado em Mariana, ali viveu os primeiros anos de sua vida. Ainda rapazote, foi chamado pelo pai para trabalhar na casa comercial que esse mantinha em Ouro Preto. O pai de José Pedro era um solteirão que migrara da Beira para as Minas Gerais décadas antes, havendo se radicado primeiramente em Mariana e, depois, em Ouro Preto. Esse negociante beirão havia feito parte da Câmara Municipal da capital mineira, onde gozava de certo prestígio. Ali faleceu em 1824, reconhecendo, em testamento, sete filhos nascidos de três diferentes mulheres.

Depois da morte do pai, José Pedro continuou a morar em Ouro Preto, vivendo na companhia de um tio paterno, seu padrinho de batismo, de quem herdara o nome. Esse tio, um rico solteirão que vivia como capitalista em Ouro Preto, alavancou o prestígio do sobrinho, rapaz que cedo dera demonstrações de possuir uma inteligência acima da média. Desejoso de aparecer na política, José Pedro,

ainda menor de idade, redigiu o periódico *O Patriota Mineiro*, publicado em Ouro Preto em 1825. Pelas páginas desse periódico, José Pedro se uniu a Vasconcelos em sua luta contra o conselheiro Manoel Jacinto Nogueira da Gama, depois marquês de Baependi.¹⁷

Por sua atuação combativa na imprensa, José Pedro, no ano seguinte, foi convidado para trabalhar na redação de outro periódico ouro-pretano, *O Universal*, do qual acabaria se tornando proprietário e único redator em 1828. Nesse ano, por meio da imprensa, ele prestou grandes serviços à costa esquerda da Câmara dos Deputados, ganhando a simpatia e o respeito dos chefes liberais. Por causa disso, mesmo antes de ter a idade legal para exercer funções públicas, José Pedro já vinha recebendo votos do eleitorado liberal mineiro. Após a abdicação do imperador, o jovem periodista continuou ligado a Vasconcelos e ao partido liberal. Em retribuição, foi lembrado nas eleições para a terceira legislatura da Câmara dos Deputados – responsável pela reforma da Constituição do Império. Também havia sido eleito vereador, juiz de paz e capitão da Guarda Nacional em Ouro Preto. Foi nessas condições que José Pedro se encontrava quando seu nome foi lembrado para deputado da Assembleia Provincial (criada pelo Ato Adicional). Foi eleito com votação expressiva e, uma vez instalada a legislatura, foi escolhido por seus colegas para as comissões de Fazenda Provincial, Instrução Pública, Trabalhos Públicos, e Redação das Leis.

Ao final da primeira sessão legislativa da Assembleia Provincial, José Pedro voltaria à cidade do Rio de Janeiro para tomar assento como deputado por Minas à Assembleia Geral do Império. Naquele mesmo ano, casar-se-ia com a filha de um rico negociante fluminense. Foram seus padrinhos de casamento o desembargador Manoel Inácio e o coronel José Justino, seus colegas na Assembleia Provincial de Minas. Ao longo de 1835 e ainda no começo de 1836, José Pedro esteve ao lado de Vasconcelos, fazendo sua defesa pelo *Universal*.



Retrato de José Pedro Dias de Carvalho. Litografia de Heaton e Rensburg. In: GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 25.

A situação mudaria ao longo de 1836, especialmente depois da posse de Feijó como regente do Império.

À exceção do padre Bhering, cuja candidatura deixou de ser apoiada pelo cônego José Bento tanto em 1834 quanto em 1836 – talvez em razão de sua excessiva proximidade com Vasconcelos –, todo o círculo dos deputados ligados à cidade de Mariana foi reeleito para a segunda legislatura provincial de Minas, numa coalizão eleitoral notadamente antagônica a Vasconcelos e sua roda.

Alinharam-se com Manoel Inácio e o círculo de Mariana os deputados Bernardo Jacinto da Veiga, Bento Rodrigues de Moura e Castro e José Jorge da Silva, todos eles homens jovens, estreantes nas lides políticas da província. Desse grupo, merece destaque

Bernardo da Veiga, irmão mais novo do livreiro fluminense Evaristo Ferreira da Veiga, deputado por Minas à Assembleia Geral do Império e redator do periódico *Aurora Fluminense*, folha de grande prestígio entre os chefes liberais. Bernardo tinha então 32 anos de idade e vivia no município de Campanha, onde se estabelecera como negociante e se casara numa família tradicional da região. Redigia desde 1832 o periódico *Opinião Campanhense*. Por seu lado, Vasconcelos e Evaristo já vinham se estranhando pela imprensa, em 1834, mas a ruptura entre os dois só veio a se oficializar em meados de 1835 – portanto, após o encerramento da primeira sessão legislativa da Assembleia Provincial de Minas.¹⁸

Independentes... ou indecisos?

Premidos entre a coalizão formada por Vasconcelos e Manoel Inácio e a formada por seus opositores figuravam os deputados Candido Tadeu Pereira Brandão, Antonio da Costa Pinto, Pedro d'Alcantara Cerqueira Leite e Domiciano Leite Ribeiro. A esses quatro, veio juntar-se, na segunda sessão legislativa, o deputado Francisco de Paula Cerqueira Leite, que tomou assento como suplente. Ora votavam com a maioria, ora com a minoria, tornando sempre o resultado das votações algo difícil de ser previsto.

Destoava um pouco dos demais o deputado Candido Tadeu Pereira Brandão (vide Quadro 1). Pároco da freguesia de Queluz, em cuja Câmara Municipal exercia o mandato de vereador, tinha ele 49 anos de idade e já era uma liderança bem conhecida do partido liberal em Minas. Chegou a ser eleito para o Conselho Geral de Província em 1833, mas não tomou posse porque o órgão foi extinto pelo Ato Adicional. Criada a Assembleia Provincial, foi eleito para a primeira legislatura com apoio dos chefes liberais mineiros, havendo obtido votação expressiva. Não seria, todavia,

reeleito para a segunda legislatura. Para isso, talvez tenham pesado suas ligações com Vasconcelos; sua condição de pároco, que o tornava mais próximo, por espírito de corporação, dos vigários do círculo vasconcelino; e sua idade, que o fazia impróprio para a pretendida “renovação” do partido liberal em Minas.

Os outros quatro deputados que, na primeira legislatura, oscilaram entre a maioria e a minoria da Assembleia Provincial eram todos jovens bacharéis em Direito, estreantes na arena política. Acabariam se afastando de vez de Vasconcelos após a primeira legislatura daquele parlamento, ligando-se intimamente ao grupo que passou a se apresentar ao eleitorado como “liberal progressista” – em oposição àqueles aos quais imputavam a pecha de “regressistas”.

Os “*enfants enragés*” do partido liberal e seus patronos

É interessante notar que a maioria do partido que se formou em oposição a Vasconcelos era composta por gente jovem, em sua maioria estreantes na arena política (vide Quadro 1). Tanto é que os aliados de Vasconcelos, ao se referirem a eles, chamavam-nos pejorativamente de “moleques” e “crianças”. Entre eles, quatro se destacavam por sua atuação: os deputados Teófilo Benedito Otoni, José Antonio Marinho, Joaquim Antão Fernandes Leão e José Alcibiades Carneiro.¹⁹

O jovem Teófilo Otoni, destacando-se por sua combatividade na Assembleia Provincial, seria por seus adversários apelidado, de maneira pejorativa e jocosa, de “Tiple” – que, na consonância musical, é a mais alta das vozes. Talvez quisessem insinuar que sua voz se destacava sobre a de seus companheiros de partido – aludindo assim à sua liderança sobre os mesmos –, debochar de sua juventude – insinuando que ele possuía voz de criança –, ou simplesmente

ridicularizá-lo por uma característica sua – a voz fina. Independente de quais fossem as intenções de seus adversários, Otoni jamais deixou se intimidar por isso, sendo orador frequente e combativo. A partir de então, passou a ter lugar cativo nas chapas disseminadas na província pelo partido liberal, tendo, como se viu no levante armado de 1842, lugar de destaque no Estado Maior político do partido.

Teófilo Otoni nascera em fins de 1807 na Vila do Príncipe, cabeça da comarca do Serro Frio, tendo, portanto, 27 anos ao tomar assento como deputado provincial. Era o mais velho de uma família de 12 filhos. Vivia ainda no estado de solteiro, estabelecido como negociante em seu torrão natal. Ainda rapazote, Otoni fora mandado pelo pai para o Rio de Janeiro a fim de matricular-se na Academia Militar. Na Corte, acabou se envolvendo na política, tomando parte numa associação secreta que pretendia implantar a forma de governo republicana no Brasil. Nesse período de sua vida, foi assíduo na livraria de Evaristo da Veiga e travou contato com vários dos deputados da costa esquerda, entre os quais Vasconcelos. Correspondente do periódico *Astro de Minas*, antes mesmo de ter idade legal para ser eleitor, Otoni não seguiu carreira militar: sentindo-se perseguido politicamente, preferiu pedir baixa e voltar ao Serro, onde passou a publicar, a partir de 1830, o periódico *Sentinella do Serro*, inspirando-se no jornalismo combativo do baiano Cipriano Barata.²⁰

Por meio da imprensa, Otoni ganhou projeção na província e na Corte, encarregando-se de sublevar o Serro contra o imperador dom Pedro I em princípios de 1831. A coluna que reuniu logo se dissipou, diante da notícia da abdicação. A partir de então, Otoni frustrou-se com os rumos da vida política nacional: entusiasta da república, viu a monarquia ser mantida com a aclamação de dom Pedro II. Chegou a propor a reforma da Constituição, no sentido de extinguir o elemento

aristocrático e enfraquecer o monárquico, mas sentiu-se pressionado a abandonar o jornalismo. Otoni foi lembrado, nas eleições de 1833, tanto para a Câmara dos Deputados (da qual se tornou suplente) quanto para o Conselho Geral de Província (para o qual foi o quarto nome mais votado em toda a província). Não tomou assento como conselheiro, por causa da reforma da Constituição, mas, criada a Assembleia Provincial pelo Ato Adicional, foi grandemente sufragado para deputado provincial – sendo o segundo nome mais votado na província. Na primeira legislatura, atuou em diversas comissões permanentes: durante a primeira sessão legislativa, nas comissões de Representações, Estatística, e Instrução Pública; e, durante a segunda, nas comissões de Fazenda Provincial, Estatística, e de Obras Públicas.

Coadjuvado por outros jovens, que haviam ganhado projeção política por sua atuação no jornalismo defendendo o ideário liberal, ou a quem se preconizava um futuro promissor por seus talentos intelectuais – entre os quais alguns bacharéis egressos havia pouco da ainda incipiente Faculdade de Direito de São Paulo –, Otoni e seu círculo buscavam suplantar lideranças políticas que haviam se consolidado nas lutas do Primeiro Reinado, pertencentes, portanto, a uma geração anterior, acusada de excessivamente personalista e centralista. Dessa pecha livraram-se Manoel Inácio e seus companheiros, na segunda sessão legislativa provincial, mas não Vasconcelos e seu círculo – que ofereceu resistência a essa nova geração de combatentes liberais, sem conseguir dominá-los ou cooptá-los.²¹

Presume-se que o senador José Bento, já rompido com Vasconcelos, tenha visto com bons olhos – e, quicá, até fomentado – essa oposição que se formou na Assembleia Provincial. Com o esfacelamento da coalizão que levou o primeiro imperador à abdicação e compôs os primeiros governos regenciais, era

necessário recompor alianças. Os “moleques”, desprezados por Vasconcelos e sua roda, encontraram em José Bento um patrono generoso. E contaram ainda com o apoio e a proteção de homens ricos, tais como o tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e o doutor José Joaquim Fernandes Torres (que, na Faculdade de Direito, teve por discípulos alguns de seus colegas de bancada), lideranças emergentes na província, e outros deputados provinciais insatisfeitos com as tendências centralistas mostradas por Vasconcelos e seus aliados.²²

Considerações finais

Encerrada a primeira sessão legislativa da primeira legislatura da Assembleia Provincial, em 1835, enquanto alguns deputados provinciais puderam retornar a seus lares, outros tiveram de partir para a Corte, a fim de tomar assento na Assembleia Geral do Império. Vasconcelos estava entre os últimos. Deteve-se, porém, por alguns dias, na capital provincial. Antes de tomar assento na Câmara dos Deputados, desejava organizar os negócios administrativos e políticos da província, bem como tomar parte, como eleitor paroquial em Ouro Preto, na eleição do regente do Império.

Nessa eleição, cada eleitor paroquial precisava apresentar uma lista com dois nomes. A cúpula do partido liberal, na Corte, sugerira os do paulista Diogo Antonio Feijó e do pernambucano Manoel de Carvalho Paes d’Andrade. Em Minas, a maior parte do eleitorado liberal decidiu eleger Feijó e Vasconcelos, como companheiros de chapa. Mas a cisão no partido liberal já arrancava votos a Vasconcelos: sua candidatura foi desamparada por parte considerável dos eleitores de Sabará, Santa Bárbara (sob a influência do deputado provincial José Feliciano), Pitangui (sob a influência do deputado provincial Antonio Alves), São João del-Rei

(sob a influência dos deputados provinciais Domiciano, padre Costa, Domingos Teodoro, Alcibiades e padre Marinho, grupo que tinha como veículo de imprensa o periódico *Astro de Minas*), Baependi (sob a influência dos deputados provinciais padre Nogueira e Olimpio Carneiro), toda a comarca do Rio Sapucaí (sob a influência do senador José Bento, que em Campanha contava com o apoio dos deputados provinciais Paula Ferreira e Bernardo da Veiga), na maior parte da comarca do Serro Frio (sob a influência dos deputados provinciais Teófilo Otoni e padre Araujo) e em Minas Novas. Mesmo havendo perdido quase metade dos votos do partido feijoísta, ao qual até então estava ligado, Vasconcelos foi o segundo nome mais votado pelo eleitorado mineiro, com quase sete vezes mais votos que o terceiro e o quarto colocados: o senador José Bento e o pernambucano Manoel de Carvalho Paes d’Andrade.²³

Nas eleições para o Senado, também em 1835 – vaga aberta pelo falecimento do senador Antonio Gonçalves Gomide –, Vasconcelos testemunhou novo desamparo de sua candidatura. Disseminaram-se pela província listas com os nomes de Vasconcelos, Manoel Inácio e José Custodio Dias. Nos lugares em que o prestígio de Vasconcelos estava comprometido, substituiu-se seu nome pelo do médico Manoel Gomes da Fonseca, deputado por Minas à Assembleia Geral do Império. Trabalhou por essa substituição o senador José Bento e os deputados gerais e provinciais contrários a Vasconcelos. Mesmo assim, esse foi o terceiro nome da lista tríplice. Mas o governo regencial escolheu o primeiro nome da lista: o padre José Custodio Dias. No dia seguinte a essa nomeação, Vasconcelos rompeu abertamente com José Bento e a roda que, em tom de deboche, apelidou de “Sacra Camarilha”, à qual associava seu desafeto Aureliano e o redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga.²⁴

A segunda sessão legislativa provincial de Minas trouxe a Vasconcelos novos dissabores com antigos

aliados. Feijó, eleito regente do Império, insinuava que estava disposto a renunciar, antes mesmo de tomar posse. Alguns suspeitavam que isso era um arдил, a fim de esvaziar quaisquer tentativas de se sublevar as províncias do norte, nas quais seu adversário, Holanda Cavalcanti, obtivera a maioria dos votos. Outros receavam que, com esse arдил, Feijó estivesse apenas tentando extrair – de uma elite assustada e por demais comprometida com sua eleição – maiores concessões de poder. Daí seus adversários acusarem-no de ter pretensões tirânicas. Num ambiente de incertezas (que pareciam prenunciar a fragmentação política do Império), passou a correr na Corte o boato de que um grupo tramava a aclamação de dona Januária, irmã mais velha de dom Pedro II, como regente do Império. O periódico fluminense *O Sete d’Abril*, ligado a Vasconcelos, chegou a cogitar publicamente a possibilidade de dona Januária ser dispensada da idade legal para assumir a Regência em nome de seu irmão.²⁵ Tal propaganda não encontrou, porém, acolhida em Minas, e, por iniciativa do padre Marinho, a Assembleia Provincial, em sua segunda sessão legislativa, aprovou um ofício, endereçado ao governo regencial, com um fecho diretamente dirigido a Vasconcelos (que votou contra o ofício): “pereça o conspirador, quem quer que ele seja!”.²⁶

Com o encerramento da segunda sessão legislativa, em 1836, Vasconcelos voltou à Corte, a fim de tomar assento como deputado à Assembleia Geral do Império. As bases do “sistema do regresso”, todavia, já estavam lançadas – bem como já estavam definidos os aliados e os adversários. As eleições daquele ano, para a Assembleia Provincial e para a Assembleia Geral, seriam o batismo de fogo. Tendo-as em vista, foram montadas as coalizões eleitorais e parlamentares para o pleito. Cindido o partido liberal, que pugnara pela reforma da Constituição do Império, Vasconcelos e seus aliados buscaram o apoio dos antirreformistas (até então aliados das posições de poder) e do “partido da

maromba” (que, na Câmara dos Deputados, oscilava entre a oposição e o governo). Na primeira entrevista que teve com o arcebispo da Bahia, seu colega na Câmara dos Deputados e notório antirreformista, Vasconcelos declarou-se inteiramente convertido. Dizia estar disposto a combater “a heresia e a anarquia”.²⁷

Nascia, assim, em terras mineiras, gestada em sua Assembleia Provincial, uma coalizão política que, com o passar do tempo, viria a ser chamada de “partido conservador” – com congêneres nas demais províncias do Império.

RESUMO | O propósito deste artigo é analisar os grupos que se formaram durante a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Minas – com destaque para os liberais, originalmente liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, e os “regressistas” que dariam origem, posteriormente, ao chamado partido conservador –, bem como as coalizões e colisões de interesse que ali se fizeram presentes, suas lideranças, os perfis e as aspirações de um e outro grupo.

ABSTRACT | The purpose of this article is to analyze the groups that were formed during the first legislature of the Minas Gerais Provincial Assembly – with an emphasis on the liberals, original led by Bernardo Pereira de Vasconcelos, and the *regressistas*, who later were to give birth to the so-called Conservative Party – as well as the coalitions and conflicts of interest present at the time, their leaders, the profiles, and the aspirations of each group.

Notas |

1. Fora a primeira legislatura, que teve excepcionalmente três sessões legislativas (as de 1835, 1836 e 1837), todas as demais teriam apenas duas. A primeira eleição de deputados provinciais foi realizada em Minas Gerais aos 16 de novembro de 1834. A segunda, junto com a dos deputados à quarta legislatura da Assembleia Geral do Império, foi realizada aos 16 de outubro de 1836. Daí por diante, as eleições de deputados provinciais seriam realizadas bienalmente, por vezes coincidindo com a dos deputados gerais. Para a instalação da primeira legislatura da Assembleia Provincial de Minas, vide: “Suplemento ao Universal n. 1140”. Vide *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.140, p. 5-6, 4 de fevereiro de 1835.

2. Vide *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.141, p. 5-6, 6 de fevereiro de 1835; n. 1.142, p. 1-2, 9 de fevereiro de 1835; n. 1.143, p. 1-3, 11 de fevereiro de 1835.

3. Vide *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.141, p. 5-6, 6 de fevereiro de 1835; n. 1.142, p. 1-2, 9 de fevereiro de 1835; n. 1.143, p. 1-3, 11 de fevereiro de 1835.

4. Protagonistas do movimento militar ocorrido em 1833 que pretendia, nominalmente, restaurar no trono o imperador Pedro I, abdicante em 1831.

5. Para a eleição dos vice-presidentes da província pelos deputados provinciais, vide: Minas Geraes. Ouro-preto, 25 de fevereiro de 1835. In: *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.150, p. 3, 27 de fevereiro de 1835; e Assembléa Legislativa Provincial. Sessão de 25 de fevereiro de 1835. In: *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.152, p. 1-2, 4 de março de 1835. A cisão entre os deputados provinciais pode ser observada nas votações dos dias 14, 16 e 31 de março. A oposição a Vasconcelos e Manoel Inácio é declarada por dois deputados provinciais que contra eles se insurgiram na sessão de 1835: José Antonio Marinho e Teófilo Benedito Otoni. Para o primeiro, vide: “O Astro”. In: *Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 1.408, p. 1-2, 6 de dezembro de 1836. Para o segundo, vide: “Correspondência”. In: *O Universal*, Ouro Preto, n. 1.188, p. 3-4, 29 de maio de 1835. Vide também: *Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 1322, p. 2-4, 17 de maio de 1836.

6. Para a divisão que vigorou na primeira legislatura da câmara temporária da Assembleia Geral do Império e seus reflexos na província de Minas, vide: RODARTE, Claus. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional da 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império*: Minas Gerais (1826-1829). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

7. Para as identidades e os projetos políticos do período posterior ao 7 de Abril, vide: BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; e MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. Para os enfrentamentos políticos do começo do período regencial, na província de Minas, vide: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009; e GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008.

8. A composição do Grande Conselho da Sociedade dos Carpinteiros de São José de 1830 é dada por um de seus membros, Antonio Borges da Fonseca. Vide FONSECA, Antonio Borges. *Manifesto político* – apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867. p. 7. Sobre o malfadado golpe de 30 de julho de 1832, vide: VALLADÃO, Alfredo. Tentativa de golpe de Estado em 1832 – a “Constituição de Pouso Alegre”. In: VALLADÃO, Alfredo. *Da Acclamação á Maioridade* (1822-1840). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 209-240; SOUSA, Octávio Tarquínio de. A revolução dos tres padres (tentativa de golpe de Estado de 30 de Julho de 1832). In: SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História de dois golpes de Estado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1939; e TÔRRES, João Camillo de Oliveira. A “Constituição de Pouso Alegre”. In: TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *Democracia Coroada*: teoria política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 342-344. Sobre o alheamento de Vasconcellos ao golpe de 30 de julho, vide “A D. Mutuca Aureliana”. *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 204, p. 3, 13 de dezembro de 1834.

9. Vide *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-2, 1º de janeiro de 1833; n. 185, p.1-2, 4 de outubro de 1834; n. 187, p. 1-2, 11 de outubro de 1834.

10. Sobre a sedição de 1833 e o impacto dela na carreira política de Honório Carneiro, vide: “A sedição militar de Ouro Preto em 1833”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, v. 7, fascículos 1/2, p. 67-250, janeiro/junho de 1902; “Rebelião de 1833”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, v. 18, p. 87-268, 1913;

“Honório Hermeto Carneiro Leão e os eleitores mineiros em 1834”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, v 4, p. 775-782, 1899.

11. A versão de Vasconcelos foi divulgada no periódico sob sua direção, *O Sete d’Abril*. Vide *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 211, p. 2, 10 de janeiro de 1835. A versão de seus adversários foi divulgada pelo padre José Antonio Marinho. Vide MARINHO, José Antonio. *História do movimento político que no anno de 1842 teve lugar na província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1844. p. 29-30.

12. A expressão “sistema do regresso” foi cunhada por gente que lhe era adversa. O epíteto “regressista” era empregado, nos periódicos e nas tribunas da época, para desqualificar aqueles que se opunham a um grupo que se apresentava publicamente como “progressista”. Esse grupo, que partilhava da crença de que a história do mundo segue uma “marcha progressiva da civilização”, visava extirpar do Brasil uma aristocracia de que não fazia parte e atenuar (ou mesmo extinguir) um poder monárquico que, enquanto seguisse as leis da hereditariedade, jamais lhe cairia nas mãos. Vasconcelos, em tom sarcástico, aceitaria a identidade de “regressista” que lhe era imputada por seus adversários, defendendo-a publicamente, a título de provocação e sob hilaridade geral, numa sessão da Câmara dos Deputados que ficaria célebre: a de 9 de agosto de 1837. Vide DODSWORTH, Jorge João. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Terceira Legislatura. Sessão de 1837. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887. p. 286.

13. Sobre a história familiar e a trajetória política de Manoel Inácio, vide: REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política*: fazendeiros na Zona da Mata de Minas Gerais na construção do Estado Nacional (1821-1842). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

14. Foram colegas de Manoel Inácio e de José Bento na primeira Junta de Governo de Minas (e no ostracismo que acompanhou sua dissolução, em 1822, pelo então príncipe regente dom Pedro): o secretário de governo João José Lopes Mendes Ribeiro e os vogais Francisco Lopez d’Abreu, Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, José Ferreira Pacheco, José Bento Soares, Theotônio Alvares de Oliveira Maciel e Antonio Thomaz de Figueiredo Neves. Os únicos a discordar das decisões desse órgão colegiado foram o presidente dom Manoel de Portugal e Castro e o vice-presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcelos – o primeiro pediu demissão e o segundo se uniu ao grupo que articulou com fluminenses e paulistas o Fico e a Independência.

15. Sobre a alavancagem da candidatura de Vasconcelos por Manoel Inácio, vide *Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 1.198, p. 1, 28 de julho de 1835. Para uma análise crítica desse suposto patronato, vide RODARTE. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional da 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império*, p. 161-166.

16. Nas eleições senatoriais, os eleitores paroquiais deveriam indicar três nomes em suas listas. Em 1835, os partidários de Vasconcelos foram orientados a indicar os nomes de Vasconcelos, Manoel Inácio e José Custodio. Com a nomeação desse, quando das eleições de 1836, os vasconcelistas voltaram a indicar Vasconcelos, Manoel Inácio e Limpo de Abreu. Sobre a decepção dos vasconcelistas com Manoel Inácio, vide: *O Parahybuna*, Barbacena, n. 144, p. 3, 3 de abril de 1838; n. 146, p. 1-2, 10 de abril de 1838; n. 155, p. 2, 15 de maio de 1838.

17. Sobre a mocidade de José Pedro, seus primeiros serviços ao partido liberal em Minas, e as ideias que ajudou a divulgar por meio de seu periódico, vide RODARTE. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional da 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império*, p. 295-299.

18. Sobre o rompimento entre Vasconcelos e Evaristo, vide: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 251, p. 1, 2 de junho de 1835; n. 252, p. 3, 6 de junho de 1835; n. 253, p. 1-3, 12 de junho de 1835. Esse rompimento já era esperado, conforme se pode observar em números anteriores: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 197, p. 4, 18 de novembro de 1834; n. 199, p. 4, 25 de novembro de 1834.

19. Em 1838, na então vila de Barbacena, na Typographia do Parahybuna (principal órgão dos vasconcellistas em Minas), foi publicada a comédia *Club dos Anarchistas*, de autoria do padre Justiniano da Cunha Pereira. Nela foram satirizados os deputados provinciais Manoel Inácio de Melo e Souza (Mané Pansa), Bento d’Araujo Abreu (Matraca), Joaquim Antão Fernandes Leão (Narigão), José Antonio Marinho (Macaco), José Alcibiades Carneiro (Rebôlo), Teófilo Benedito Otoni (Tiple), Bernardino José de Queiroga Junior (Fanhoso), José Pedro Dias de Carvalho (Môpadinho), Domiciano Leite Ribeiro (Joia), Manoel José Pirez da Silva Pontes (Chicrapires) e José Joaquim Fernandes Torres (Mentira). Vide PEREIRA, Justiniano da Cunha. *Club dos Anarchistas*. Barbacena: Typographia do Parahybuna, 1838. Os apelidos jocosos foram frequentemente empregados pelo padre Justiniano no periódico *O Parahybuna*, de que foi redator de 1836 até sua morte, em 1838. Vide *O Parahybuna*, Barbacena, n. 155, p. 2, 15 de maio de 1838.

20. Sobre a família de Teófilo Otoni, vide FERREIRA, Lais Ottoni Barbosa. *Os Ottoni: descendentes e colaterais*. Rio de Janeiro: Magnum Editora, 1998. Sobre a juventude e o envolvimento de Otoni com as atividades conspiratórias dos republicanos fluminenses, vide OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Geraes no quadriennio actual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma província para a próxima legislatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. p. 10; e OTTONI, Christiano. *Biographia de Theophilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 8-9.

21. Ao lado de Otoni, figuraram os jovens deputados José Antonio Marinho, Joaquim Antão Fernandes Leão, José Alcibiades Carneiro, Olímpio Carneiro Viriato Catão, Antonio Alves da Silva Junior, Domingos Teodoro de Azevedo Paiva e o suplente Bernardino José de Queiroga Junior (que tomou assento em 1836). Quando da instalação da Assembleia Provincial, o mais novo deles tinha 26 anos de idade e o mais velho, 34. Apenas dois deles tinham alguma experiência política: Antonio Alves (vereador em Pitangui) e Alcibiades (vereador em São João del-Rei e deputado em primeiro mandato na Assembleia Geral do Império).

22. Além do patronato de José Feliciano e do doutor Torres, os “moleques” que mediam forças com Vasconcelos e sua roda eram apoiados pelos deputados Paula Ferreira e João Fernandes, negociantes e vereadores em suas respectivas terras natais, bem como pelos padres “progressistas” Nogueira, Araujo e Costa, trio esse que vivia da renda de seus negócios seculares e exerciam em paralelo o mandato de vereadores em seus respectivos torrões natais.

23. DODSWORTH, Jorge João (Org.). Sessão d’Assembléa Geral em 6 de Outubro de 1835. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Terceira Legislatura. Sessão de 1835. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887. p. 357-359.

24. A “Sacra Camarilha” foi denunciada no artigo “O novo Oberon”. In: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 268, p. 3-4, 8 de agosto de 1835. Com esse artigo, torna-se público o rompimento entre Vasconcelos e o cônego José Bento.

25. Dona Januária nascera aos 11 de março de 1822. Completaria, portanto, 14 anos de idade em 1836. Precisaria ter 18 anos para assumir a Regência em nome de seu irmão (que, nascido aos 2 de dezembro de

1825, só teria idade legal para assumir seu papel como imperador de fato em fins de 1843). Na falta de sua irmã Maria da Glória (que, como Maria II, havia sido entronizada rainha de Portugal) e de seus irmãos Miguel e João Carlos (falecidos na infância), dona Januária era então, apesar da pouca idade, a pessoa mais velha da família imperial. Envolvê-la nas disputas políticas era uma maneira astuciosa de instrumentalizar o respeito e a simpatia dedicados à família imperial, então alheia aos embates políticos, contra figuras já desgastadas publicamente pelos enfrentamentos parlamentares e jornalísticos.

26. Sobre os antagonismos na segunda sessão da primeira legislatura e a tentativa de instrumentalizar a Assembleia Provincial contra Vasconcelos, vide: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 363, p. 4, 20 de julho de 1836; n. 364, p. 4, 23 de julho de 1836. Vasconcelos foi o único que votou contra o ofício, mas alguns outros deputados, incluídos nesse número seus aliados, votaram com restrições em favor do ofício.

27. “O Sete d’Abril está caramuru!!”. In: *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 325, p. 2-3, 5 de março de 1836; SEIXAS, Romualdo Antonio de. *Memórias do Marquez de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, Metropolitano e Primaz do Brasil, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Gram-Cruz da Ordem de Christo, Grande Dignitário da da Rosa, e Membro de Diversas Sociedades Scientificas Nacionaes e Estrangeiras*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. p. 95.

Claus Rodarte é bacharel em Relações Internacionais, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É coautor da obra *História do Legislativo Brasileiro*, escrita em parceria com Vamireh Chacon e publicada pelo Senado Federal em 2008. Foi, em diferentes ocasiões, professor do Instituto de Ciência Política e do Departamento de História da UnB. E-mail: claus.rodarte@gmail.com

QUADRO 1 – Perfil prosopográfico dos deputados da Assembleia Provincial de Minas Gerais ao tempo de sua instalação e primeira sessão legislativa (1835)

Nome	Idade	Estado	Ocupação	Local de residência	Mandatos em paralelo
Vasconcelos e sua roda					
Bernardo Pereira de Vasconcelos	39 anos	Solteiro	Aposentado	Ouro Preto	Deputado geral
João Antunes Corrêa	52 anos	Solteiro (clérigo)	Pároco	Tamanduá	Vereador
Carlos Pereira Freire de Moura	50 anos	Solteiro (clérigo)	Pároco	Minas Novas (S. Domingos)	Vereador
Manoel Pinto Ferreira	56 anos	Solteiro (clérigo)	Pároco	Itabira	Vereador
Antonio José da Silva	42 anos	Solteiro (clérigo)	Pároco	Araxá (Uberaba)	-
Manoel Rodrigues Jardim	53 anos	Solteiro (clérigo)	Empregado público	Ouro Preto	-
Mariano José Ferreira	56 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Barbacena	Vereador
Francisco Teodoro da Silva	42 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Baependi (Pouso Alto)	-
Joaquim Pimentel Barboza	42 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Paracatu	-
Francisco Coelho Duarte Badaró	50 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Mariana (Piranga)	-
Manoel Inácio, o círculo de Mariana, e seus aderentes					
Manoel Inácio de Melo e Souza	53 anos	Solteiro	Agricultor	Mariana (Ponte Nova)	-
José Justiniano Carneiro	53 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Mariana (Tapera)	Vereador
Manoel Júlio de Miranda	36 anos	Solteiro (clérigo)	Cônego da Sé	Mariana	Vereador
Antonio José Ribeiro Bhering	32 anos	Solteiro (clérigo)	Professor	Mariana	Vereador, deputado geral
José Pedro Dias de Carvalho	29 anos	Solteiro	Negociante	Ouro Preto	Vereador, deputado geral
Bernardo Jacinto da Veiga	32 anos	Casado, com filhos	Negociante	Campanha	Vereador
Bento Rodrigues de Moura e Castro	26 anos	Não apurado	Negociante	Sabará	-
José Jorge da Silva	25 anos	Solteiro	Advogado	Sabará (Santa Quitéria)	-
Independentes – ou indecisos?					
Cândido Tadeu Pereira Brandão	49 anos	Solteiro (clérigo)	Pároco	Queluz	Vereador
Antonio da Costa Pinto	32 anos	Casado, com filhos	Juiz do Cível	Ouro Preto	-
Pedro d’Alcântara Leite Cerqueira	27 anos	Solteiro	Juiz municipal	Barbacena	-
Domiciano Leite Ribeiro	22 anos	Solteiro	Advogado	São João del-Rei	-
Francisco de Paula Cerqueira Leite	34 anos	Solteiro	Juiz de direito	Barbacena	Deputado geral
Os “enfants enragés” do partido liberal, e seus patronos					
Teófilo Benedito Otoni	27 anos	Solteiro	Negociante	Vila do Príncipe	-
José Antônio Marinho	31 anos	Solteiro (clérigo)	Professor	São João del-Rei	-
Joaquim Antão Fernandes Leão	26 anos	Casado	Promotor	Ouro Preto	-
Joze Alcibiades Carneiro	31 anos	Casado, com filhas	Professor	São João del-Rei	Vereador, deputado geral
Olímpio Carneiro Viriato Catão	30 anos	Casado, com filhos	Advogado	Baependi	-
Antonio Alves da Silva Júnior	31 anos	Casado, com filhos	Negociante	Pitangui	Vereador
Domingos Teodoro de Azevedo Paiva	34 anos	Casado, com filhos	Agricultor	Lavras (Carrancas)	-
Bernardino José de Queiroga Junior	34 anos	Não apurado	Advogado	Vila do Príncipe	-
José Joaquim Fernandes Torres	39 anos	Casado, com filhos	Juiz de direito	Ouro Preto	Deputado geral
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	42 anos	Casado, com filhos	Mineiro	Itabira (Cocais)	-
Francisco de Paula Ferreira Lopes	41 anos	Casado, com filhos	Negociante	Campanha	Vereador
João Fernandes de Oliveira Pena	40 anos	Casado, com filhos	Negociante	Queluz (Brumado)	Vereador
Antonio Gomes Nogueira Freire	42 anos	Solteiro (clérigo)	Proprietário	Baependi	Vereador
Bento d’Araujo Abreu	40 anos	Solteiro (clérigo)	Proprietário	Diamantina	Vereador
Francisco Antonia da Costa	39 anos	Solteiro (clérigo)	Proprietário	São João del-Rei	Vereador

Fontes: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População da década de 1830 e Qualificações de Votantes da década de 1840. Registros paroquiais (batismos, matrimônios, sepultamentos). Igreja Católica.

Tabella Das Distancias Das Sedes
Das Diversos municipios servidas por
las estradas de ferro por kilo-
metros dentro do territorio mu-
nicipal.

Seus Juazeiro
a P. S. A.

Amo S. Secretario do Governo
Al. Antonio José Porfirio Alves Machado

PD
471